

CAPITALISMO E PATRIARCADO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO MARXISTA PARA COMPREENDER A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO

Ariane Alves da Silva¹

Resumo

Este estudo analisa a relação estrutural entre capitalismo e patriarcado no Brasil a partir das contribuições do feminismo marxista, compreendendo a feminização do trabalho como mediação histórica da exploração capitalista e da reprodução das relações sociais. Fundamentado no método do materialismo histórico-dialético, este trabalho parte da categoria de totalidade do capitalismo para apreender a articulação entre exploração de classe e opressão de gênero como processos indissociáveis no interior do modo de produção capitalista, especialmente em formações econômico-sociais dependentes. Esta pesquisa adota uma abordagem predominantemente teórica, baseada em revisão bibliográfica marxista, articulada à análise de dados secundários provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O patriarcado não constitui um sistema autônomo, mas um elemento funcional à dinâmica da acumulação, operando como mecanismo de hierarquização social, fragmentação da classe trabalhadora e agindo na redução dos custos de reprodução social. No contexto brasileiro, marcado pelo desenvolvimento desigual e combinado, a incorporação da força de trabalho feminina ocorre de maneira contraditória, aprofundando a divisão sexual do trabalho, a desigualdade salarial e a intensificação da dupla jornada. A feminização do trabalho é, assim, interpretada não como processo emancipatório, mas como reconfiguração das formas de exploração e dominação, particularmente no período de avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. Desta forma, conclui-se que a compreensão da condição da mulher trabalhadora no Brasil exige a articulação entre gênero e classe como categorias analíticas centrais, reafirmando a atualidade do feminismo marxista como ferramenta crítica para a análise das metamorfoses do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Capitalismo; Patriarcado; Divisão sexual do trabalho; Feminização do Trabalho.

Capitalism and patriarchy in Brazil: Marxist feminist contributions to understanding the feminization of labor

Abstract

This study analyzes the structural relationship between capitalism and patriarchy in Brazil based on the contributions of Marxist feminism, understanding the feminization of labor as a historical mediation of capitalist exploitation and the reproduction of social relations. Grounded in the method of historical-dialectical materialism, this work departs from the category of capitalist totality in order to apprehend the articulation between class exploitation and gender oppression as inseparable processes within the capitalist mode of production, especially in dependent socio-economic formations. The research adopts a predominantly theoretical approach, based on a Marxist bibliographic review, articulated with the analysis of secondary data from the Brazilian

¹ Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE). Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (UFCG/CDSA). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Ciência Política (GEPESCP) e o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (PRAXIS).

Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the National Household Sample Survey (PNAD). Patriarchy does not constitute an autonomous system, but rather a functional element of accumulation dynamics, operating as a mechanism of social hierarchization, fragmentation of the working class, and acting in the reduction of social reproduction costs. In the Brazilian context, marked by uneven and combined development, the incorporation of female labor power occurs in a contradictory manner, deepening the sexual division of labor, wage inequality, and the intensification of the double workday. The feminization of labor is thus interpreted not as an emancipatory process, but as a reconfiguration of forms of exploitation and domination, particularly during the advance of neoliberalism and productive restructuring. In this way, it is concluded that understanding the condition of working women in Brazil requires articulating gender and class as central analytical categories, reaffirming the relevance of Marxist feminism as a critical tool for analyzing the metamorphoses of contemporary capitalism.

Keywords: Capitalism; Patriarchy; Sexual division of labor; Feminization of labor.

Capitalismo y patriarcado en Brasil: contribuciones del feminismo marxista para comprender la feminización del trabajo

Resumen

Este estudio analiza la relación estructural entre capitalismo y patriarcado en Brasil a partir de las contribuciones del feminismo marxista, comprendiendo la feminización del trabajo como una mediación histórica de la explotación capitalista y de la reproducción de las relaciones sociales. Fundamentado en el método del materialismo histórico-dialéctico, este trabajo parte de la categoría de la totalidad del capitalismo para aprehender la articulación entre explotación de clase y opresión de género como procesos indisociables en el interior del modo de producción capitalista, especialmente en formaciones económico-sociales dependientes. La investigación adopta un enfoque predominantemente teórico, basado en una revisión bibliográfica marxista, articulada con el análisis de datos secundarios provenientes del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y de la Encuesta Nacional por Muestreo de Domicilios (PNAD). El patriarcado no constituye un sistema autónomo, sino un elemento funcional a la dinámica de la acumulación, operando como mecanismo de jerarquización social, fragmentación de la clase trabajadora y actuando en la reducción de los costos de la reproducción social. En el contexto brasileño, marcado por el desarrollo desigual y combinado, la incorporación de la fuerza de trabajo femenina se produce de manera contradictoria, profundizando la división sexual del trabajo, la desigualdad salarial y la intensificación de la doble jornada. La feminización del trabajo se interpreta, así, no como un proceso emancipatorio, sino como una reconfiguración de las formas de explotación y dominación, particularmente en el período de avance del neoliberalismo y de la reestructuración productiva. De este modo, se concluye que la comprensión de la condición de la mujer trabajadora en Brasil exige la articulación entre género y clase como categorías analíticas centrales, reafirmando la vigencia del feminismo marxista como herramienta crítica para el análisis de las metamorfosis del capitalismo contemporáneo.

Palabras clave: Capitalismo; Patriarcado; División sexual del trabajo; Feminización del trabajo.

Introdução

A inserção das mulheres no mercado de trabalho apresenta especificidades históricas e sociais, uma vez que sua constituição enquanto sujeito histórico está marcada por

relações de exploração e opressão patriarcal, fundamentadas na ideologia de uma suposta natureza “biológica” que associa o feminino à subserviência e à passividade. No Brasil, marcado pelo desenvolvimento desigual e combinado² essas especificidades tomam outro tom. Este trabalho propõe analisar, sob uma perspectiva marxista, as relações entre patriarcado e capitalismo no Brasil durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, período marcado pela chamada “feminização do trabalho” no Brasil, como define Cláudia Mazzei Nogueira (2004) em sua obra “A feminização no mercado de trabalho: entre a emancipação e a precarização”, a fim de compreender as singularidades que compõem a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

Dentro desse período histórico, como aponta Hirata e Kergoat (2007), há uma reordenação das relações que estruturam a esfera doméstica e profissional para as mulheres, bem como modificações das formas pelas quais se reproduz a divisão sexual do trabalho. Para a autora, em relação a situação da mulher na sociedade e no mercado de trabalho “*tudo muda, mas nada muda*” (grifo nosso). Assim, as mudanças observadas não se dão na base estrutural – a articulação entre patriarcado e capitalismo em sua forma de exploração – mas em rearranjos pontuais, sustentados por uma lógica individualizante que produz alterações superficiais sem modificar, de fato, as relações sociais concretas. Esse cenário se desenrola nas décadas posteriores sob o contexto de austeridade econômica e social e o avanço do neoliberalismo na América Latina.

Nesse sentido, discute-se a articulação entre opressão e exploração das mulheres, evidenciando sua condição de dominadas e exploradas no âmbito do sistema capitalista, com base nos aportes teóricos do feminismo marxista, utilizando como chave analítica o conceito de divisão sexual do trabalho e a articulação entre exploração e opressão de gênero, partindo da totalidade do modo de produção capitalista em direção a particularidade do patriarcado.

Este estudo é uma pesquisa de cunho qualitativo fundamentada em levantamento e análise de referencial marxista, articulada à análise de dados secundários provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

² Leon Trotsky ao escrever sobre a história da revolução na Rússia insere o conceito, ao qual ele coloca como lei do desenvolvimento desigual e combinado, o autor define: “significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (Trotsky, 2017, p.34). Para o autor, os países de desenvolvimento historicamente atrasados têm em seu desenvolvimento a combinação de diversas fases dos processos históricos, essa aproximação é comum nos países periféricos do capitalismo. Usado aqui o conceito de desenvolvimento desigual e combinado por se tratar das singularidades e contradições econômicas e sociais de países do capitalismo periférico, sendo este o caso do Brasil, assim destaco o uso do conceito como forma de entender os processos aos quais estão inseridos a classe trabalhadora no Brasil, bem como, sua formação explicita as questões desenvolvidas ao longo deste trabalho.

(PNAD), sendo resultado dos dados coletado a partir da minha pesquisa de dissertação. Compreendemos a metodologia como uma forma de apreensão da realidade, na qual teoria e método se articulam de maneira dialética, conforme exposto anteriormente. O foco da investigação recai sobre as relações estabelecidas entre capitalismo e patriarcado no Brasil. Nesse sentido, trata-se de um estudo de caráter teórico, que busca compreender as categorias constitutivas da relação capital-patriarcado, observando seus movimentos de continuidade e descontinuidade em determinado período histórico, em um estágio específico de desenvolvimento do capital no Brasil. Este trabalho parte do método materialista histórico-dialético como fundamento teórico-metodológico da análise, compreendido a partir das elaborações de Karl Marx ao longo da crítica da economia política, que fornecem os elementos necessários à apreensão da realidade concreta.

Nessa perspectiva, a análise busca a síntese das determinações que estruturam a exploração e a opressão das mulheres. As formas específicas de dominação, como o machismo e o racismo, não se dissociam das contradições de classe próprias do capitalismo, devendo ser analisadas no interior de uma totalidade social. Conforme apontam Dantas e Tonelo (2016, p. 13), “[...] todas as esferas se movem, e o sistema, o ‘real’ por inteiro se move, nesses marcos fundados na contradição que funda as demais”. Nesse movimento dialético, torna-se possível compreender a formação do ser social por meio das relações sociais historicamente determinadas. Em consonância com essa abordagem, Marx afirma que a produção material implica, necessariamente, a produção de indivíduos sociais (Marx, 2011).

O recorte temporal adotado se justifica pela necessidade de apreender o movimento dialético da história, permitindo compreender as continuidades, rupturas e mediações que conformam as relações entre capitalismo e patriarcado, servindo como base de compreensão do passado e presente.

Capitalismo e as singularidades do trabalho feminino

Em seu fundamento, desde a fase da acumulação primitiva do capitalismo e da consolidação da propriedade privada burguesa, o patriarcado articula-se às determinações de classe na reprodução e manutenção do capital. Essas articulações incidem diretamente sobre a inserção das mulheres na vida social e na esfera da produção capitalista, configurando relações desiguais que absorvem o trabalho feminino e intensificam a exploração da mulher trabalhadora.

Para a teoria marxista, a relação entre capitalismo e patriarcado se dá de maneira diferente e mais complexa em

comparação às formas anteriores dos modos de produção. Em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, Friedrich Engels (1884/2012) analisa sociedades primitivas e modernas, articulando as formas de produção às formas de organização familiar, o autor evidencia que a opressão das mulheres emerge no mesmo processo histórico que institui a propriedade privada burguesa e a divisão de classes como princípios estruturantes da organização social capitalista, voltados à garantia da perpetuação das riquezas acumuladas.

Ainda conforme o autor, a opressão feminina passa a ser instituída como natural: “para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais que exercer seu direito.” (Engels, [1884] /2012, p. 79).

É a partir dessa configuração patriarcal que se constitui historicamente a organização social e o modelo de família, no qual a figura do patriarca concentra o poder sobre os escravizados, os filhos e as mulheres. Nesse processo, a condição de subordinação feminina foi socialmente legitimada e naturalizada, reforçando a supremacia masculina própria de uma sociedade estruturada sob bases patriarcais.

Conforme argumenta Heleieth Saffioti (1969), o patriarcado não se restringe a um sistema de dominação sustentado por uma ideologia machista, constituindo-se também como um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode ser situada, analiticamente, nos campos político e ideológico, a exploração incide diretamente sobre o terreno econômico. Essas desigualdades foram historicamente aprofundadas, operando de forma articulada sobre os sujeitos sociais e relegando as mulheres à margem das atividades desenvolvidas fora da esfera doméstica. Como destaca ainda Saffioti “foi a mulher o sujeito mais afastado dos processos de transformação social e política, afastamento este deliberadamente promovido pelos homens, em uma postura abertamente hostil à participação feminina em atividades que extrapolassem os limites da família” (Saffioti, 1969, p. 173).

Com o avanço do capital e seu desenvolvimento industrial e a consolidação do trabalho assalariado, o trabalhador passa a vender a única mercadoria que lhe resta após a expropriação de seus meios de produção e de subsistência: a força de trabalho. Embora, sob a forma jurídica do capitalismo, o trabalhador seja formalmente considerado livre, essa liberdade é condicionada pela necessidade de vender sua força de trabalho, cujo valor é remunerado apenas na medida necessária à sua reprodução, sendo o excedente apropriado pelo capital. Desse modo, o avanço do processo de acumulação e a consolidação da propriedade privada engendram o surgimento da família monogâmica como forma

social específica, inserida em um movimento histórico que marca a transição das sociedades primitivas para as sociedades de classes. Marx e Engels assinalam em seu livro "A ideologia Alemã", que "com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual". (Marx e Engels, 2007, p.35).

A família monogâmica assume papel de centralidade na consolidação do capitalismo e no desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que é por meio do trabalho doméstico desempenhado majoritariamente pelas mulheres que se garante a reprodução cotidiana da classe trabalhadora. A produção da vida, tanto a própria no âmbito do trabalho produtivo, quanto a de outros, por meio da reprodução, constituindo desde suas origens, uma relação simultaneamente natural e social, entendida como resultado da cooperação entre indivíduos em determinadas condições históricas (Marx; Engels, 2007). Nessa perspectiva, o trabalho doméstico configura-se como uma atividade indispensável à reprodução social, embora seja naturalizado e apropriado de forma indireta pelo capital.

Inserida na uma divisão sexual do trabalho, a família monogâmica operou historicamente como base de sustentação do patriarcado, sobretudo por meio da patrilinearidade, cuja função central foi assegurar a transmissão hereditária da propriedade privada. Essa forma de organização familiar mostrou-se decisiva para as transformações nas relações sociais e de trabalho, consolidando-se como um dos pilares da propriedade privada e da reprodução das relações sociais que dela decorrem. Trata-se, assim, da primeira forma de matrimônio instituída por motivações essencialmente econômicas. Conforme coloca Engels, o surgimento da monogamia coincide com o aparecimento do primeiro antagonismo de classes, que se expressa na oposição entre homens e mulheres e inaugura a opressão do sexo feminino pelo masculino (Engels, [1884] /2012).

Desde a fase da acumulação primitiva e da constituição da propriedade privada burguesa, o patriarcado articula-se às determinações de classe, desempenhando um papel funcional na reprodução do capital. Desse modo, a inserção das mulheres na vida social e na esfera produtiva ocorre sob mediações patriarcais, sendo o trabalho feminino rapidamente incorporado às engrenagens das relações desiguais que estruturam a sociedade capitalista.

Assim, o processo de incorporação das mulheres à esfera produtiva ocorre em meio a profundas assimetrias jurídicas e sociais entre homens e mulheres. Mesmo com a crescente inserção feminina no trabalho fora do lar, a desigualdade de direitos civis permaneceu expressiva, evidenciando que a ocupação do espaço produtivo não foi acompanhada de

transformações substantivas na posição de subalternidade historicamente atribuída às mulheres. Desde meados do século XX até o período contemporâneo, a ampliação da participação feminina no trabalho produtivo não implicou, de forma geral, a superação dessas hierarquias.

Conforme analisa Andrea D'Atri em seu livro "Pão e Rosas" (2008), embora a opressão das mulheres anteceda o capitalismo, é nesse modo de produção que ela assume contornos específicos, sendo o patriarcado um elemento funcional e necessário à intensificação da exploração e à reprodução das relações sociais vigentes. Ainda que se manifeste de maneira diferenciada conforme as formações econômico sociais, o capitalismo tende a reafirmar um mesmo regime patriarcal, de modo que, em distintos contextos, as mulheres enfrentam padrões semelhantes de opressão e exploração.

Cabe destacar, contudo, que a opressão patriarcal não incide de forma homogênea sobre todas as mulheres. Trata-se de um grupo social heterogêneo, atravessado por determinações de classe e raça/etnia, o que confere à condição feminina um caráter policlassista. À luz da concepção marxista segundo a qual a história das sociedades é marcada pela luta de classes, a exploração se expressa como relação estrutural entre classes sociais antagônicas, compostas por homens e mulheres, nas quais a maioria trabalhadora é explorada por uma minoria detentora dos meios de produção. Assim, as experiências de opressão e discriminação são mediadas pelas posições de classe, ainda que grande parte das mulheres compartilhe formas comuns de desigualdade legal, cultural e política.

Nesse sentido, a análise aqui proposta concentra-se nas mulheres trabalhadoras, para as quais opressão e exploração se articulam de maneira indissociável no interior do mundo do trabalho capitalista. Conforme coloca D'Atri (2008), a exploração diz respeito à apropriação do trabalho excedente da classe trabalhadora pela classe proprietária dos meios de produção, constituindo uma categoria de natureza estrutural e econômica. Já a opressão refere-se às relações de subordinação fundamentadas em critérios culturais, raciais ou sexuais, que colocam determinados grupos sociais em posições de desvantagem.

A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho revela, assim, a articulação entre exploração econômica e opressão social em suas diversas manifestações. Trata-se de um movimento contraditório: ao mesmo tempo em que amplia a presença feminina na esfera pública e produtiva, esse ingresso se realiza, em grande medida, sob condições precarizadas, com baixos salários, desvalorização das atividades desempenhadas e intensificação da dupla jornada. No caso

brasileiro, essas determinações assumem contornos específicos, profundamente marcados pelas diferenças na formação econômico-social, pelas heranças patriarcais e pela estrutura histórica de desigualdades sociais, elementos que serão analisados no tópico seguinte.

Capitalismo à brasileira e a feminização do trabalho no Brasil

O trabalho feminino, como disposto anteriormente, é historicamente marcado por desigualdades salariais e por formas recorrentes de precarização. O interesse do capital na incorporação da força de trabalho das mulheres se dá, sobretudo, na desregulamentação das relações trabalhistas, no rebaixamento dos custos da mão de obra e na imposição de jornadas prolongadas. Nesse contexto, o patriarcado é compreendido como um mecanismo específico de hierarquização das relações de gênero, que admite a dominação e a opressão tanto de mulheres quanto de homens, ainda que essas pressões sociais se organizem de forma hierárquica, favorecendo sistematicamente o masculino.

Nesse espectro, alguns pontos de destaque são essenciais para a compreensão deste trabalho, é importante um enfoque no modo de produção capitalista e seu funcionamento em determinadas formações econômicas e sociais, como é o caso brasileiro.

À luz da teoria de Lélia Gonzalez, em seu ensaio "Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher" de 1979, possibilita compreender as singularidades do desenvolvimento capitalista em solo brasileiro. A autora analisa que, no Brasil, o processo de acumulação primitiva assumiu características específicas, uma vez que não houve transformações estruturais no setor agrário capazes de impulsionar o desenvolvimento industrial. A inserção dependente do país no mercado mundial fez com que a pilhagem e o comércio exterior se constituíssem como fontes centrais de lucro, beneficiando elites locais que se apropriaram do excedente, o desviando da industrialização.

Nesse contexto, a formação do trabalhador livre ocorreu de maneira deformada, marcada pela permanência de vínculos típicos de formas produtivas anteriores, o que resultou na coexistência de diferentes processos de acumulação e na segmentação do mercado de trabalho, aprofundando as desigualdades salariais e a superexploração da força de trabalho. Sua análise parte da produção teórica de outro autor latino-americano, o argentino José Nun, seu conceito de superpopulação relativa onde no caso da América Latina, grande parte dela se torna supérflua e passa a constituir uma "massa marginal" em face do processo de acumulação

hegemônico, representado pelas grandes empresas monopolistas, dentro dessa dinâmica as problemáticas do desemprego e subemprego recaem sobre essa parte da população.

A coexistência de distintos processos de acumulação e a segmentação do mercado de trabalho, conforme analisado por Gonzalez (1979), criam um terreno particularmente fértil para a incorporação desigual da força de trabalho feminina. Nesse contexto, a feminização do trabalho não se apresenta como um movimento homogêneo ou emancipatório, mas como parte de uma dinâmica estrutural marcada pelo desenvolvimento desigual e dependente do capitalismo brasileiro. A inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho ocorre, portanto, de maneira profundamente atravessada por essas contradições, reproduzindo hierarquias salariais, ocupacionais e sociais historicamente constituídas.

O contexto histórico em análise neste trabalho, se insere no período da ditadura militar no país, particularmente durante a década de 1970, fase que foi denominada pelos governos autoritários como “milagre econômico”. Conforme aponta Joana das Neves Calado (2016), em sua dissertação “O caráter do patriarcado na ordem social do capital: um estudo sobre a relação entre exploração e dominação da mulher trabalhadora na contemporaneidade”, esse período foi marcado pelo crescimento das taxas de produtividade e pela expansão da infraestrutura produtiva. Contudo, tais avanços coexistiram de forma contraditória com a supressão de direitos trabalhistas e com o aprofundamento do endividamento externo, decorrente dos empréstimos internacionais. Assim, apesar dos investimentos em tecnologia e no desenvolvimento produtivo, havia um baixo investimento nas condições de vida dos trabalhadores.

A partir de 1973, o modo de produção capitalista passou a desencadear um intenso processo de reestruturação das relações sociais e produtivas, com o surgimento de novas formas de organização do trabalho que passaram a coexistir com o padrão taylorista-fordista vigente até então. De acordo com Nogueira (2004), a mundialização desse processo de reestruturação do capital impactou de maneira desigual o emprego de homens e mulheres. Com a crise do final da década de 1960 e início dos anos 1970, o trabalho assalariado e a esfera produtiva como um todo foram profundamente afetados, sendo a reestruturação do capital acionada como um “mecanismo de saída” para a crise.

No Brasil, segundo Silva (2021), na década de 1980, o emprego formal apresentou diferenças significativas entre homens e mulheres: enquanto 61% dos trabalhadores do sexo masculino possuíam carteira assinada, entre as mulheres esse percentual era de apenas 55%. O que contrasta com a crescente do

número de mulheres economicamente ativas segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cabe salientar que, segundo os critérios de coleta dos dados, a população não economicamente ativa abrange estudantes, aposentados, pensionistas, pessoas inválidas, indivíduos que vivem de renda e aquelas que realizam atividades domésticas não remuneradas, o que implica a classificação do trabalho doméstico como inatividade econômica. Nesse contexto, enquanto a população economicamente ativa masculina apresentou um crescimento de 19%, a feminina registrou uma expansão significativamente superior, alcançando 32%.

Esse cenário se dá no contexto de avanço da flexibilização e da precarização do trabalho no Brasil, impulsionado pela adoção de políticas neoliberais, que passaram a incidir sobre o conjunto da classe trabalhadora. Destaca-se, nesse período, a expansão da terceirização, especialmente em setores como limpeza, vigilância e telemarketing. No caso dos serviços de limpeza, majoritariamente ocupados por mulheres, observa-se o reforço da associação entre trabalho feminino e atividades precarizadas.

Essa reconfiguração do mundo do trabalho evidencia as estratégias do capital ao mobilizar a força de trabalho feminina, apoiando-se em construções sociais que atribuem às mulheres uma suposta “natureza” adequada a determinadas funções, com vistas à intensificação da acumulação e à extração de mais-valia, sobretudo em contextos de crise. Desse modo, embora a precarização incida de forma mais aguda sobre o emprego feminino, ela se estende ao conjunto da classe trabalhadora como mecanismo de redução dos custos do trabalho e de ampliação das taxas de lucro.

Ainda segundo Silva (2021) ao longo de toda a década de 1980, se manteve a disparidade entre o emprego feminino e masculino nos setores agrícola, industrial e comercial. Os dados coletados através da PNAD também revelam um elemento central do mercado de trabalho brasileiro nesse período: a retração generalizada do emprego, que marcou a década como um todo e atingiu o conjunto da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, há uma expressiva concentração do trabalho feminino nos setores de prestação de serviços e atividades sociais. De acordo com os dados coletados, esses segmentos reúnem ocupações como o trabalho por conta própria nos serviços, o serviço doméstico remunerado, os serviços de alojamento e alimentação e as atividades de higiene pessoal. Mesmo nos ramos formais da economia, as mulheres permaneceram majoritariamente inseridas em atividades associadas à esfera do cuidado e do trabalho doméstico, reforçando a divisão sexual do trabalho. Em 1985,

por exemplo, 32% das mulheres ocupadas estavam no serviço doméstico remunerado, frente a apenas 8% dos homens no mesmo setor e ano.

Na década seguinte, os dados dos anos 1990 indicam uma recuperação econômica ainda incipiente, vinculada aos planos de estabilização e reestruturação. Apesar disso, a desigualdade entre homens e mulheres nos setores agrícola, industrial e comercial persistiu, à semelhança do observado nos anos 1980, registrando-se apenas um crescimento discreto da participação feminina no setor agrícola.

Assim, embora haja um aumento significativo da participação feminina nas atividades produtivas durante esse período, essa ampliação se dá, em grande medida, nos segmentos precarizados do mercado de trabalho, comumente associados a divisão sexual do trabalho, caracterizados por baixos salários, instabilidade e menor proteção social. Como indicam os estudos de Bruschini (1998; 2001; 2009), fatores como a demanda por mão de obra, as transformações no padrão produtivo e a maior escolarização das mulheres contribuíram para esse movimento. Contudo, esses elementos não podem ser compreendidos de forma dissociada da lógica da acumulação capitalista que, no marco de um capitalismo periférico e defasado, combina traços do atraso e da modernização para intensificar a exploração do trabalho feminino, colocando-o em força de trabalho funcional à reprodução ampliada do capital.

Dessa forma, o crescimento expressivo da população economicamente ativa feminina e a diferença entre os percentuais de trabalhadores com carteira assinada revela a dualidade da incorporação das mulheres no trabalho assalariado, bem como, reforça a teoria trazida por Gonzalez (1979) sobre a coexistência de distintos mercados de trabalho, nos quais a força de trabalho feminina tende a ocupar posições subordinadas, com salários mais baixos e menor proteção social.

A classificação do trabalho doméstico não remunerado como “inatividade econômica” destaca essa singularidade, ao invisibilizar uma dimensão central da reprodução social que recai majoritariamente sobre as mulheres. Dessa forma, essa invisibilização é parte constitutiva do padrão de acumulação brasileiro, pois permite ao capital reduzir os custos de reprodução da força de trabalho, transferindo para a esfera privada e, conseqüentemente para as mulheres, atividades essenciais à manutenção do sistema produtivo.

A expansão da terceirização e a concentração das mulheres em setores como limpeza, serviços pessoais, alojamento, alimentação e trabalho doméstico remunerado expressam, ainda, a funcionalidade dessa mão de obra para um capitalismo marcado pela superexploração. Esses setores

feminizados operam como espaços de absorção de uma força de trabalho considerada “excedente” ou “marginal”, nos termos do debate latino-americano incorporado por Gonzalez (1979), garantindo a continuidade da acumulação mesmo em contextos de retração econômica. Assim, a persistência das desigualdades entre homens e mulheres nos setores agrícola, industrial e comercial ao longo das décadas de 1980 e 1990, bem como a tímida recuperação econômica dos anos 1990, não alteram substancialmente a posição subordinada das mulheres no mercado de trabalho. Ao contrário, reafirmam que o capitalismo brasileiro, ao articular dependência, patriarcado e racismo, integra a força de trabalho feminina de forma seletiva e desigual, fazendo da feminização do trabalho um dos mecanismos centrais de sua reprodução e de sua lógica de acumulação.

Conclusão

A articulação entre capitalismo e patriarcado se concretiza por meio da produção e reprodução de “diferenças” que operam como mecanismos de aprofundamento das desigualdades e de fragmentação da classe trabalhadora. Nesse processo, diferentemente do que ocorre com os homens, a condição das mulheres trabalhadoras é marcada pela combinação indissociável entre exploração e opressão. Tal articulação assume, no interior do capitalismo, uma forma específica de gestão da força de trabalho feminina que, no caso brasileiro, se expressa na inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho sob condições predominantemente precarizadas.

Identificou-se a partir dos dados transformações significativas nas configurações do trabalho concreto no período histórico definido como feminização do trabalho. Essas mudanças permitem apreender elementos centrais da situação geral da classe trabalhadora, marcada pelo avanço do neoliberalismo, pela intensificação da mecanização, pela reestruturação produtiva e por profundas alterações nos âmbitos social e político. Nesse contexto, o capital em solo brasileiro recorreu de modo sistemático à força de trabalho feminina, tanto como estratégia de fragmentação da classe trabalhadora quanto como meio de ampliar os processos de flexibilização e precarização do trabalho.

Dessa maneira, o patriarcado é mobilizado como instrumento funcional à ampliação dos lucros e à consolidação da acumulação privada. Contudo, sua operacionalização sofre transformações: já não se apoia predominantemente em dispositivos morais de controle do feminino, mas passa a atuar pela definição social do que é considerado trabalho feminino e

trabalho masculino no interior da esfera produtiva. À luz do método do materialismo histórico-dialético, compreendemos que, embora persistam elementos estruturais da relação entre patriarcado e capitalismo, há modificações relevantes em sua forma de articulação, assumindo um caráter mais conjuntural. Nessa dinâmica, exploração e opressão passam por metamorfoses, manifestando-se de maneira menos vinculada às expressões tradicionais do patriarcado, mas não menos eficazes na subordinação das mulheres.

Assim, em solo brasileiro durante o período chamado de “feminização do trabalho” ocorre um movimento de necessidade frente a reestruturação econômica, que no caso do Brasil absorve as desigualdades já existentes e as combina a uma forma de exploração mais brutal, relegando as mulheres a condição de dominada, explorada e precarizada.

Referências

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985-1995**. São Paulo: FCC/DPE, 1998.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas**. Mulher e Trabalho, Porto Alegre, v. 1, p. 95-106, mar. 2001.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez. **Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda**. São Paulo, 2009.

CALADO, Joana das Neves. **O caráter do patriarcado na ordem social do capital: um estudo sobre a relação entre exploração e dominação da mulher trabalhadora na contemporaneidade**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

D'ATRI, Andrea. **Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismo de classes no capitalismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2008.

DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri (org.). **O método em Karl Marx**. São Paulo: Edições Iskra, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. In: ENCONTRO NACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 8., 1979, Pittsburgh. Anais [...]. Pittsburgh: Latin American Studies Association, 1979.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes; INL, 1969.

SILVA, Arianne Alves da. **Feminismo e marxismo**: reflexões sobre a relação patriarcado e capitalismo no Brasil nos anos 1980 e 1990. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Tradução de E. Huggins. Edição do centenário. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3 v. (Edições do Senado Federal, v. 240 A-C).